

Classe agrícola busca desenvolvimento no DF

Dez entidades e cooperativas ligadas ao setor agrícola, reunidas ontem, no Hotel Nacional, divulgaram um documento de cinco laudas onde são apresentadas as principais sugestões para o desenvolvimento da região econômica de Brasília.

Mais de 200 empresários compareceram ao lançamento da "Declaração de política agropecuária para o Distrito Federal". As organizações signatárias enfocam no manifesto que o processo de abertura política que vive o País impõe aos brasileiros profundo esforço no sentido de uma retomada do desenvolvimento econômico e social com paz, justiça e leva a crença de que todos vão cumprir uma etapa histórica da vida nacional.

A Declaração chama a atenção para o excepcional papel do Distrito Federal de abrigar o centro do poder do Estado, incorporando-se ao processo de abertura política. Ao mesmo tempo, salienta o documento, o DF e a Região Geoconômica de Brasília identificam-se como uma área das mais representativas do conhecido e indiscutível potencial produtivo dos cerrados.

Orientação de política

Com o propósito comum de promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária da região, as organizações propõem uma orientação de política

de política agropecuária para o Distrito Federal, relatada em treze itens básicos. Julgam, as entidades, indispensável que também o setor rural mereça tratamento prioritário e compatível com sua importância, modificando o quadro atual de concentração de investimentos em áreas urbanas. Para isto, os investimentos públicos devem ter a magnitude que corresponda ao seu potencial produtivo.

A Declaração reconhece indispensável, ainda, a integração agropecuária do Distrito Federal com os municípios da Região Geoconômica, restaurando-se a experiência proveitosa de programas já implantados. É também urgente e oportuno, para as entidades, que medidas administrativas e legais sejam tomadas no sentido de oferecer modificações na atual situação fundiária do DF, com o objetivo de incentivar os investimentos privados, premiar áreas produtivas e assegurar o acesso à terra a legítimos agricultores, empresários agrícolas ou trabalhadores capacitados à sua exploração. Ao mesmo tempo, é fundamental que as terras destinadas à agropecuária não fiquem improdutivas.

O documento propõe ainda que a zona rural do Distrito Federal seja dotada de infra-estrutura viária, de eletricidade e de obras de apoio nos Núcleos Rurais, possibilitando seu desenvolvimento. Também a im-

Elson Soares

plantação de agroindústrias, através de programa bem orientado, descentralizado e abrangente a pequenas e médias empresas, seria uma solução para melhor aproveitar, processar e estimular a produção local.

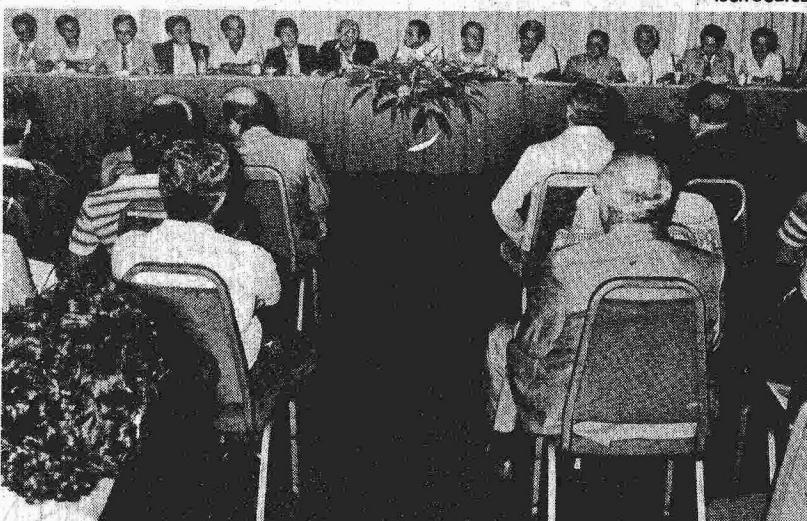
Ocupação da Terra

É necessária ainda, segundo as entidades, uma política agressiva que direcione as pesquisas e tecnologia disponíveis junto aos órgãos oficiais, a uma racionalização da ocupação da terra e produtividade. Neste sentido, programas adequados às condições de solo e clima do cerrado produziriam uma atividade agropecuária lucrativa.

É também de fundamental importância, dentro da área rural, a comercialização da produção. Antes, porém, diz a Declaração, é preciso eleger o crédito rural como o importante instrumento de execução da política agrícola, de apoio à introdução da tecnologia e consecução das metas de prática da produção. Para tanto, é necessário um ajuste de crédito rural às reais condições de agropecuária.

Na orientação de política agropecuária para o Distrito Federal é solicitada também uma revisão cuidadosa das questões tributárias e fiscal, que chegam a inibir o desenvolvimento do setor no Distrito Federal. Uma reestruturação dos procedimentos e medidas adotadas até agora poderiam aliviar os produtores.

Por último, o documento pede um maior aproveitamento do conjunto de instituições públicas existentes em Brasília, voltadas para o setor rural; uma integração do poder público e privado, coordenação entre entidades, distribuição de responsabilidades e um ajuste de metas visando eliminar duplicações e desperdícios. A participação do setor privado rural também é indispensável, principalmente em suas atividades mais urgentes, como a comercialização, o crédito rural, a produção e a distribuição de insumos. Com esta participação, poderão ser transferidas responsabilidades hoje nas mãos do poder público, mantendo-se o diálogo e a participação mútua nos organismos representativos da classe.



Documento defende investimentos nas zonas rurais